

Portobello

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	17
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	954.156	953.107
1.01	Ativo Circulante	402.442	427.954
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.227	55.389
1.01.03	Contas a Receber	155.705	158.522
1.01.03.01	Clientes	155.705	158.522
1.01.04	Estoques	201.275	177.666
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.390	17.281
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.390	17.281
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	3.943	10.522
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	7.447	6.759
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.845	19.096
1.01.08.03	Outros	12.845	19.096
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	2.934	2.934
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	5.931	11.388
1.01.08.03.04	Outros	3.980	4.774
1.02	Ativo Não Circulante	551.714	525.153
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	250.111	241.993
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	149.552	149.871
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	53.337	55.331
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	96.215	94.540
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	100.559	92.122
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	26.257	20.721
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	45.720	43.555
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	4.280	3.884
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	14.236	13.896
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	9.547	9.547
1.02.01.09.08	Outros	519	519
1.02.02	Investimentos	5.127	678
1.02.02.01	Participações Societárias	5.127	678
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.929	480
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	198
1.02.03	Imobilizado	279.465	264.424
1.02.04	Intangível	17.011	18.058

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	954.156	953.107
2.01	Passivo Circulante	318.816	347.351
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	20.498	19.398
2.01.02	Fornecedores	113.286	152.441
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.409	24.415
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	24.409	24.415
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	14.874	17.674
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	9.535	6.741
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	99.746	91.068
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	99.746	91.068
2.01.05	Outras Obrigações	42.483	39.458
2.01.05.02	Outros	42.483	39.458
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	18.760	18.047
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	15.222	15.224
2.01.05.02.07	Dividendos antecipados	2.191	0
2.01.05.02.08	Outros	6.310	6.187
2.01.06	Provisões	18.394	20.571
2.01.06.02	Outras Provisões	18.394	20.571
2.01.06.02.05	Provisões para Contingências	15.030	14.600
2.01.06.02.06	Provisão para Participação nos Lucros	3.364	5.971
2.02	Passivo Não Circulante	427.321	413.907
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	210.059	201.100
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	210.059	201.100
2.02.02	Outras Obrigações	120.270	116.667
2.02.02.02	Outros	120.270	116.667
2.02.02.02.03	Fornecedores	20.212	15.966
2.02.02.02.04	Dívida com Pessoas Ligadas	2.449	2.544
2.02.02.02.06	Parcelamento de Obrigações Tributárias	97.279	98.082
2.02.02.02.08	Outros	330	75
2.02.03	Tributos Diferidos	30.444	29.154
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.444	29.154
2.02.04	Provisões	66.548	66.986
2.02.04.02	Outras Provisões	66.548	66.986
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	53.253	55.231
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	6.321	5.887
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	6.974	5.868
2.03	Patrimônio Líquido	208.019	191.849
2.03.01	Capital Social Realizado	46.065	46.065
2.03.02	Reservas de Capital	-2.545	-2.545
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.545	-2.545
2.03.04	Reservas de Lucros	115.651	115.651
2.03.04.01	Reserva Legal	7.808	7.808
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	41.786	41.786
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	8.597	8.597
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	57.460	57.460
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	14.943	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	33.905	32.678

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	191.905	164.979
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-130.267	-115.878
3.03	Resultado Bruto	61.638	49.101
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-37.778	-26.575
3.04.01	Despesas com Vendas	-29.497	-21.954
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.060	-4.683
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	683	833
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	683	833
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.713	-2.722
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-5.426	-1.740
3.04.05.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	-2.287	-982
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.809	1.951
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	23.860	22.526
3.06	Resultado Financeiro	-4.483	-4.195
3.06.01	Receitas Financeiras	5.788	5.349
3.06.01.01	Receitas Financeiras	5.355	4.659
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	433	690
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.271	-9.544
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-10.271	-9.544
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.377	18.331
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.827	-5.269
3.08.01	Corrente	-3.537	-5.801
3.08.02	Diferido	-1.290	532
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.550	13.062
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	14.550	13.062
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,09150	0,08215
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,09150	0,08215

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	14.550	13.062
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.620	604
4.02.02	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	1.620	604
4.03	Resultado Abrangente do Período	16.170	13.666

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-32.453	-22
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	23.023	28.576
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	19.377	18.331
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	6.372	3.518
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-4.809	-1.951
6.01.01.07	Provisão para Contingências	130	1.709
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	-1.700	1.292
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	-1.501	1.070
6.01.01.10	Outras Provisões	103	-1.780
6.01.01.12	Atualizações do Empréstimo Compulsório Eletrobrás	-2.165	-1.932
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-340	-212
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-1.675	-1.231
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	650	1.643
6.01.01.16	Decomposição de Desconto de Provisões para Contingências	734	1.133
6.01.01.17	Juros Provisionados de Empréstimos	5.815	3.068
6.01.01.18	Deságio sobre créditos recebidos de partes relacionadas	0	1.430
6.01.01.19	Outros	2.032	2.488
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-51.802	-22.913
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	2.560	-3.328
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	713	-3.597
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	-24.334	-14.068
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-5.536	-171
6.01.02.06	(Aumento)/Redução de Crédito com Pessoas Ligadas	0	9.824
6.01.02.07	(Aumento)/ Redução de Tributos a Recuperar	-1.084	0
6.01.02.08	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	794	-865
6.01.02.09	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	-34.937	3.420
6.01.02.10	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	5.457	-5.372
6.01.02.11	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-4.253	-5.625
6.01.02.12	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Trabalhistas	8.636	-2.362
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	182	-769
6.01.03	Outros	-3.674	-5.685
6.01.03.01	Juros Pagos	-3.674	-1.405
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-4.280
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.810	-31.733
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-20.355	-30.359
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-11	-1.865
6.02.03	Dividendos Recebidos	2.191	0
6.02.04	(Concessão)/Recebimento de Créditos com Partes Relacionadas	365	491
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	16.101	38.656
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	31.062	71.049
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-14.959	-32.393
6.03.04	Dividendos pagos	-2	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-34.162	6.901
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	55.389	56.576

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.227	63.477

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	46.065	-2.545	115.651	0	32.678	191.849
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	46.065	-2.545	115.651	0	32.678	191.849
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.943	1.227	16.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.550	0	14.550
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	393	1.227	1.620
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	1.620	1.620
5.05.02.08	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	393	-393	0
5.07	Saldos Finais	46.065	-2.545	115.651	14.943	33.905	208.019

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.457	209	13.666
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.062	0	13.062
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	395	209	604
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	395	-395	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	604	604
5.07	Saldos Finais	40.798	267	50.069	13.457	36.194	140.785

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	240.640	205.875
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	238.939	203.987
7.01.02	Outras Receitas	1.994	1.975
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-293	-87
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-120.834	-106.890
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-95.608	-88.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.226	-19.479
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	589
7.03	Valor Adicionado Bruto	119.806	98.985
7.04	Retenções	-6.372	-3.518
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.372	-3.518
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	113.434	95.467
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.092	8.822
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.809	1.951
7.06.02	Receitas Financeiras	11.283	6.871
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	129.526	104.289
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	129.526	104.289
7.08.01	Pessoal	38.250	27.340
7.08.01.01	Remuneração Direta	33.269	23.682
7.08.01.02	Benefícios	3.024	2.050
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.957	1.608
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	56.235	50.245
7.08.02.01	Federais	30.181	28.151
7.08.02.02	Estaduais	25.819	21.871
7.08.02.03	Municipais	235	223
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.491	13.642
7.08.03.01	Juros	18.055	12.046
7.08.03.02	Aluguéis	2.436	1.596
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.550	13.062
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.550	13.062

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	907.441	904.908
1.01	Ativo Circulante	412.043	433.732
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	24.330	57.677
1.01.03	Contas a Receber	163.214	163.801
1.01.03.01	Clientes	163.214	163.801
1.01.04	Estoques	201.447	177.847
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.978	17.883
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.978	17.883
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	4.380	10.978
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	7.598	6.905
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.074	16.524
1.01.08.03	Outros	11.074	16.524
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	4.514	9.975
1.01.08.03.04	Outros	6.560	6.549
1.02	Ativo Não Circulante	495.398	471.176
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	196.774	186.662
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	96.215	94.540
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	96.215	94.540
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	100.559	92.122
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	26.257	20.721
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	45.720	43.555
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	4.280	3.884
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	14.236	13.896
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	9.547	9.547
1.02.01.09.08	Outros	519	519
1.02.02	Investimentos	198	198
1.02.02.01	Participações Societárias	198	198
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	198	198
1.02.03	Imobilizado	280.742	265.572
1.02.04	Intangível	17.684	18.744

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	907.441	904.908
2.01	Passivo Circulante	323.326	352.485
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.903	20.483
2.01.02	Fornecedores	115.242	153.842
2.01.03	Obrigações Fiscais	26.362	25.853
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	26.362	25.853
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	933	461
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	15.104	18.080
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	10.325	7.312
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	99.746	91.068
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	99.746	91.068
2.01.05	Outras Obrigações	41.080	40.003
2.01.05.02	Outros	41.080	40.003
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	19.392	18.440
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	15.237	15.239
2.01.05.02.07	Outros	6.451	6.324
2.01.06	Provisões	18.993	21.236
2.01.06.02	Outras Provisões	18.993	21.236
2.01.06.02.05	Provisões para Contingências	15.066	14.635
2.01.06.02.06	Provisões para Participação nos Lucros	3.927	6.601
2.02	Passivo Não Circulante	376.083	360.566
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	211.059	202.066
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	211.059	202.066
2.02.02	Outras Obrigações	120.799	117.200
2.02.02.02	Outros	120.799	117.200
2.02.02.02.03	Fornecedores	20.212	15.966
2.02.02.02.05	Plano de Previdência Privada	2.449	2.544
2.02.02.02.06	Parcelamento de Obrigações Tributárias	97.808	98.616
2.02.02.02.08	Outros	330	74
2.02.03	Tributos Diferidos	30.444	29.154
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.444	29.154
2.02.04	Provisões	13.781	12.146
2.02.04.02	Outras Provisões	13.781	12.146
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	6.343	5.908
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	7.438	6.238
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	208.032	191.857
2.03.01	Capital Social Realizado	46.065	46.065
2.03.02	Reservas de Capital	-2.545	-2.545
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.545	-2.545
2.03.04	Reservas de Lucros	115.651	115.651
2.03.04.01	Reserva Legal	7.808	7.808
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	41.786	41.786
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	8.597	8.597
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	57.460	57.460
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	14.943	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	33.905	32.678

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	13	8

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	206.540	175.755
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-129.707	-115.711
3.03	Resultado Bruto	76.833	60.044
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-50.479	-35.835
3.04.01	Despesas com Vendas	-35.332	-26.121
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.349	-6.251
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	311	267
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	311	267
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.109	-3.730
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-5.822	-2.748
3.04.05.02	Outros Ganhos (Perdas), Líquidos	-2.287	-982
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	26.354	24.209
3.06	Resultado Financeiro	-4.551	-4.235
3.06.01	Receitas Financeiras	5.874	5.409
3.06.01.01	Receitas Financeiras	5.441	4.719
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	433	690
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.425	-9.644
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-10.425	-9.644
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21.803	19.974
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.228	-6.886
3.08.01	Corrente	-5.938	-7.418
3.08.02	Diferido	-1.290	532
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.575	13.088
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-20	-23
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	-20	-23
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	14.555	13.065
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	14.550	13.062
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5	3
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,09150	0,08215
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,09150	0,82150

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	14.555	13.065
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.620	604
4.02.02	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	1.620	604
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	16.175	13.669
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	16.170	13.666
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	5	3

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-28.914	1.798
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	30.347	33.364
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	21.783	19.974
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	6.424	3.532
6.01.01.07	Provisão para Contingências	130	2.499
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	-1.700	1.490
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	-1.474	1.246
6.01.01.10	Outras Provisões	103	-1.789
6.01.01.12	Atualizações do Empréstimo Compulsório Eletrobrás	-2.165	-1.932
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-340	-212
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-1.675	-1.231
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	650	1.665
6.01.01.16	Decomposição de Desconto de Provisões para Contingências	736	1.134
6.01.01.17	Juros Provisionados de Empréstimos	5.849	3.068
6.01.01.18	Deságio sobre Créditos Recebidos de Partes Relacionadas	0	1.430
6.01.01.19	Outros	2.026	2.490
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-53.757	-24.582
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	327	-3.821
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	952	-3.209
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	-24.325	-14.055
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-5.536	-170
6.01.02.06	(Aumento)/Redução de Crédito com Pessoas Ligadas	0	9.824
6.01.02.07	(Aumento)/Redução de Tributos a Recuperar	-1.089	0
6.01.02.08	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	-11	-724
6.01.02.09	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	-34.382	2.910
6.01.02.10	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	5.461	-5.469
6.01.02.11	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-4.434	-5.860
6.01.02.12	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Trabalhistas	9.095	-2.795
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	185	-1.213
6.01.03	Outros	-5.504	-6.984
6.01.03.01	Juros Pagos	-3.674	-1.405
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.830	-5.579
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-20.534	-32.227
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-20.536	-30.362
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	2	-1.865
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	16.101	38.656
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	31.062	71.049
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-14.959	-32.393
6.03.04	Dividendos pagos	-2	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-33.347	8.227
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	57.677	58.870
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	24.330	67.097

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	46.065	-2.545	115.651	0	32.678	191.849	8	191.857
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	46.065	-2.545	115.651	0	32.678	191.849	8	191.857
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.943	1.227	16.170	5	16.175
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.550	0	14.550	5	14.555
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	393	1.227	1.620	0	1.620
5.05.02.07	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	1.620	1.620	0	1.620
5.05.02.08	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	393	-393	0	0	0
5.07	Saldos Finais	46.065	-2.545	115.651	14.943	33.905	208.019	13	208.032

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119	8	127.127
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	40.798	267	50.069	0	35.985	127.119	8	127.127
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.457	209	13.666	3	13.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.062	0	13.062	3	13.065
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	395	209	604	0	604
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	395	-395	0	0	0
5.05.02.07	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	604	604	0	604
5.07	Saldos Finais	40.798	267	50.069	13.457	36.194	140.785	11	140.796

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	255.384	216.294
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	256.161	216.454
7.01.02	Outras Receitas	-481	-81
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-296	-79
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-123.571	-110.393
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-95.028	-87.809
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-28.523	-23.150
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	589
7.02.04	Outros	-20	-23
7.02.04.01	Resultado de Operações Descontinuadas	-20	-23
7.03	Valor Adicionado Bruto	131.813	105.901
7.04	Retenções	-6.424	-3.532
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.424	-3.532
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	125.389	102.369
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.370	6.928
7.06.02	Receitas Financeiras	11.370	6.928
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	136.759	109.297
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	136.759	109.297
7.08.01	Pessoal	40.728	29.048
7.08.01.01	Remuneração Direta	35.424	25.160
7.08.01.02	Benefícios	3.138	2.191
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.166	1.697
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	60.683	53.376
7.08.02.01	Federais	34.594	31.263
7.08.02.02	Estaduais	25.837	21.871
7.08.02.03	Municipais	252	242
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.793	13.808
7.08.03.01	Juros	18.209	12.148
7.08.03.02	Aluguéis	2.584	1.660
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.555	13.065
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.550	13.062
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	5	3

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO 1T14

A Portobello S.A., empresa de capital aberto integrante do Novo Mercado da Bovespa, apresenta seus resultados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em reais, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*). As comparações realizadas neste comunicado levam em consideração os trimestres de 2013 e 2012.

Sobre a Portobello

A Portobello é hoje a maior empresa cerâmica do Brasil, com receita bruta anual superior a R\$ 1 bilhão. Sua produção, próxima de 30 milhões de metros quadrados, atende países dos cinco continentes e também o mercado interno, por meio da Portobello Shop revendas multimarcas, e do canal para a engenharia. A Companhia possui mais de dois mil e seiscentos funcionários, responsáveis pelo design e inovação de itens que lançam tendências na arquitetura e decoração no Brasil. Sediada em Tijucas, Santa Catarina, a empresa relata seus avanços em responsabilidade socioambiental desde 1997.

DESTAQUES

- Receita Líquida atingiu R\$ 206 milhões, superando em 18% o mesmo período de 2013;
- EBITDA totaliza R\$ 35 milhões, com margem de 17% e crescimento de 22% em relação ao 1T13;
- Lucro Líquido foi de R\$ 15 milhões, sendo 11% superior ao 1T13, com margem líquida de 7%;
- Distribuição de dividendos com adicional de 10% conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2014.

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

O desempenho da Portobello no primeiro trimestre de 2014 foi consistente com a estratégia da Companhia, através de crescimento orgânico rentável e sustentável. Mesmo com a instabilidade do mercado financeiro no início de 2014, com o rebaixamento do Brasil de sua nota de risco para BBB-, pela S&P, entre outros dilemas como a baixa expectativa de expansão do PIB brasileiro. Esses fatores ainda não afetaram a demanda por materiais de construção e acabamentos que continuou apresentando crescimento de 8% em 2014, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT). Já a Portobello, manteve desempenho superior, em 7 p.p., quando comparado com o índice ABRAMAT, consolidando ganhos de *market share*.

A manutenção do segmento de atuação da Portobello, aliado ao modelo de gestão da Companhia e de distribuição através de quatro canais distintos, resultou em um crescimento de receita, enquanto que a expansão de margem se deu pela escala natural da operação e pela eficiência na gestão de custos e despesas.

A Administração continua com foco na produção em produtos de maior valor agregado e também no modelo distinto de produção (produção própria e terceirizada), atendendo à demanda por produtos comerciais com flexibilidade e velocidade. Além disso, conforme mencionado anteriormente, a Companhia atuou com eficiência na gestão de custos e despesas, com ações de racionalização interna buscando ganhos de produtividade, qualidade e redução de custos industriais.

Os investimentos realizados em 2013 no 1T14, que influenciaram no aumento do endividamento, estão aliados à estratégia de crescimento da Companhia, que aumentarão os resultados, a lucratividade e a continuidade dos ganhos de *market share*, além de investimentos para consolidação de melhor nível de serviço.

A Administração está confiante de que nos próximos anos as vendas sejam alavancadas pelos investimentos que estão em curso e pela maturação da nova marca – Pointer, além da consolidação da marca **Portobello**, que lidera o segmento de revestimentos cerâmicos na América do Sul.

Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado consolidado	1T12	1T13	1T14	Var. % 1T14 x 1T13
Receita bruta	189.321	220.446	262.080	19%
Receita líquida	149.993	175.755	206.540	18%
Lucro bruto	50.492	60.044	76.833	28%
<i>Margem bruta</i>	33,7%	34,2%	37,2%	3,0 p.p.
Despesas operacionais	(28.054)	(34.853)	(48.192)	38%
Vendas	(22.486)	(26.121)	(35.332)	35%
Gerais e administrativas	(5.484)	(6.251)	(7.349)	18%
Outras receitas (despesas)	(84)	(2.481)	(5.511)	122%
EBIT	22.438	25.191	28.641	14%
<i>Margem EBIT</i>	15,0%	14,3%	13,9%	-0,4 p.p.
Resultado financeiro	(5.241)	(5.217)	(6.838)	31%
Tributos s/ lucro	(6.039)	(6.886)	(7.228)	5%
Lucro líquido	11.158	13.065	14.555	11%
<i>Margem líquida</i>	7,4%	7,4%	7,0%	-0,4 p.p.
EBITDA	26.473	28.723	35.065	22%
<i>Margem EBITDA</i>	17,6%	16,3%	17,0%	0,7 p.p.

Receita Líquida

No primeiro trimestre de 2014, a receita líquida consolidada apresentou um crescimento de 18%, ou R\$ 206 milhões, quando comparada àquela auferida no mesmo período de 2013, e queda de 10% em relação ao último trimestre de 2013, justificada pela sazonalidade normal dos mercados, como pelo menor número de dias úteis. É um período de natural desaceleração dos negócios em relação ao ritmo observado nos trimestres seguintes aos verificados nos anos anteriores. Assim a queda da receita líquida no 1T14 em relação ao 4T13 é normal e esperada.

Os principais fatores que contribuíram para o desempenho do 1T14 foram os mesmos verificados no trimestre anterior - aumento do volume físico de vendas e mix de venda de produtos mais nobres, cuja lucratividade por unidade vendida é maior.

A receita líquida do mercado interno, que representou 90% do total, cresceu 15% em relação ao 1T13. O crescimento neste mercado foi consequência da resposta à demanda crescente por produtos mais inovadores, com design e soluções tecnológicas diferenciadas. Entre os canais Engenharia, Varejo multimarcas e Portobello Shop. Destaca-se o crescimento do canal Portobello Shop com melhor desempenho e rentabilidade.

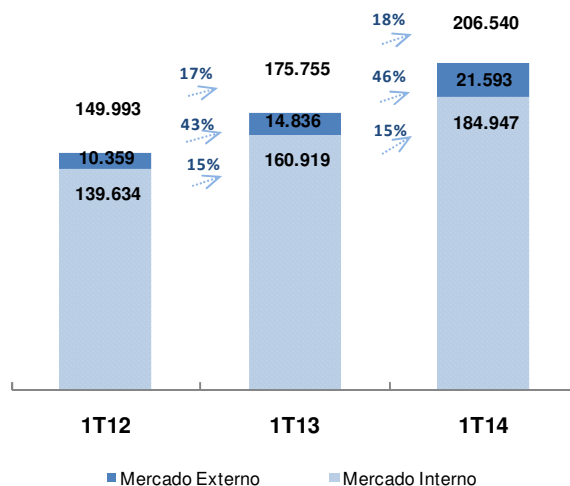
O mercado externo foi beneficiado pela valorização do dólar frente ao real (cerca de 12% nos últimos 12 meses), mas também pela sofisticação da combinação de produtos vendidos, semelhante ao do mercado interno. E como consequência, o desempenho foi 46% superior ao do 1T13.

Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

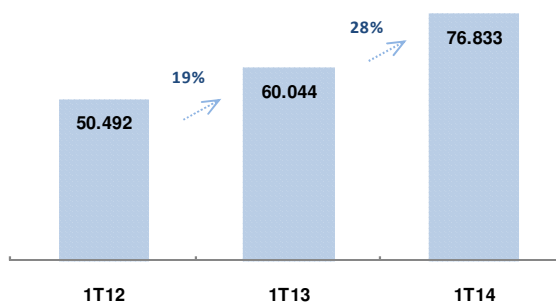
Receita Líquida



Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 77 milhões no 1T14, apresentando um crescimento de 28% sobre o mesmo período do ano anterior. A margem bruta apresentou importante crescimento de 3 pontos percentuais, de 34,2% para 37,2% no 1T14 devido às ações com foco no ganho de eficiência operacional. Dentre elas citam-se as medidas para aumento da qualidade, o aperfeiçoamento contínuo dos processos industriais e o estímulo do programa interno de meritocracia a gestores e líderes. O crescente desempenho da margem bruta demonstra um desenvolvimento gradual através da estratégia de produtos e otimização dos recursos internos.

Lucro Bruto



Resultado Operacional

As despesas com vendas, gerais e administrativas consolidadas representaram uma margem de Receita Líquida de 17% e 4% no 1T14 e 15% e 4% respectivamente no 1T13, mantendo-se nos níveis esperados pela Companhia, que visa crescimento aliado a ganho de eficiência operacional.

As despesas com vendas totalizaram R\$ 35 milhões no 1T14, 35% superior ao 1T13 reflexo de maiores investimentos em força de venda, campanhas de *marketing* e investimentos em novo modelo logístico, com a abertura de mais um centro de distribuição, no estado de São Paulo.

As despesas administrativas que totalizaram R\$ 7 milhões no 1T14, 18% superior em relação ao mesmo período do ano anterior, decorrem principalmente das despesas com contratação de consultorias e ajustes no quadro de

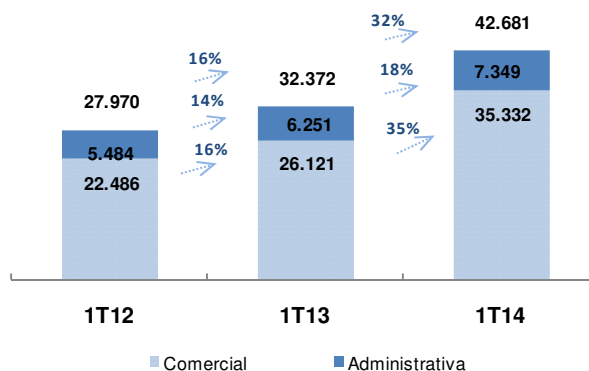
Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

peçoal com a criação de uma área de gestão de projetos e meritocracia, para sustentação do crescimento da Companhia.

Despesas Comerciais e Administrativas



As outras despesas operacionais líquidas de R\$ 6 milhões no 1T14 referem-se principalmente ao programa de incentivo de longo prazo (com liquidação completa após cinco anos do reconhecimento inicial) e provisão de participação de funcionários a ser pago após o final do exercício.

O resultado operacional antes das financeiras (EBIT) atingiu R\$ 29 milhões no trimestre, 14% superior ao mesmo trimestre do ano passado. Na relação EBIT sobre a receita líquida, o EBIT se manteve praticamente estável em relação ao 1T13, apresentando uma margem de 14%.

EBITDA

Como resultado dos efeitos anteriormente mencionados, no 1T14 a geração de caixa, medida pelo EBITDA no primeiro trimestre de 2014 foi de R\$ 35 milhões, com crescimento de 22% sobre o 1T13 e margem EBITDA de 17%. Se isolarmos os gastos com a nova fábrica de Alagoas o EBITDA seria de R\$ 36 milhões no 1T14.

EBITDA	1T12	1T13	1T14	Var. % 1T14 x 1T13
Lucro líquido	11.155	13.062	14.550	11%
Resultado financeiro	5.241	5.217	6.838	31%
Depreciação e amortização	4.035	3.532	6.424	82%
Imposto de renda e contribuição social	6.039	6.886	7.228	5%
Outros	3	26	25	-4%
(=) EBITDA	26.473	28.723	35.065	22%
Pré-Operacional Fábrica de Alagoas	-	-	733	-
(=) EBITDA ajustado	26.473	28.723	35.798	25%
% da receita líquida	17,6%	16,3%	17,0%	0,7 p.p.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro totalizou despesa líquida de R\$ 7 milhões no 1T14, sendo que R\$ 2 milhões referem-se à variação cambial, fruto da valorização do dólar de fechamento de 12% nos últimos 12 meses, sobre o total do endividamento, atrelado ao dólar da Companhia.

Portobello S.A e empresas controladas

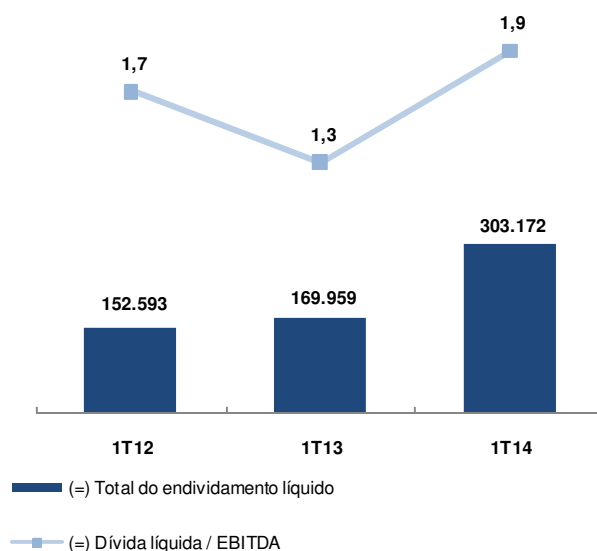
Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ENDIVIDAMENTO / ESTRUTURA DE CAPITAL

Em termos nominais o endividamento líquido da Companhia era de R\$ 303 milhões no 1T14, contra R\$ 170 milhões no 1T13 e representava 1,9 vezes o EBITDA. O aumento de 56% está relacionado aos investimentos em expansão que sustentarão o crescimento da Companhia. O endividamento bruto totalizava R\$ 424 milhões, sendo que 27% com vencimento no curto prazo e 73% no longo prazo.

Endividamento Total (R\$ mil)



Endividamento	1T12	1T13	1T14
Endividamento bancário	107.422	206.922	310.805
Tributário	144.001	129.212	112.912
(=) Total do endividamento	251.423	336.134	423.717
Disponibilidades e títulos e valores mobiliários	(6.987)	(67.097)	(24.330)
Créditos com Refinadora Catarinense	(91.843)	(99.078)	(96.215)
(=) Total do endividamento líquido	152.593	169.959	303.172
EBITDA (últimos 12 meses)	92.159	131.503	162.467
(=) Dívida líquida / EBITDA	1,7	1,3	1,9

INVESTIMENTOS

No primeiro trimestre de 2014 os investimentos em ativos fixos destinados a projetos de crescimento, totalizaram R\$ 21 milhões. A Companhia, neste período, segue com os investimentos em novo modelo logístico, mencionados anteriormente, para atender os projetos de crescimento, com mesmo nível de qualidade nos serviços, visando também menor custo. Para isso, a Companhia criará em locais estratégicos, centros de distribuição, sendo que já conta com um no estado de Pernambuco e o segundo, no estado de São Paulo, que iniciou as operações neste trimestre. O programa de expansão também prevê investimentos em uma fábrica no nordeste, que já está em fase de construção.

Fábrica Nordeste

Em novembro de 2013, foi lançada a pedra fundamental para construção da planta fabril em Alagoas. A unidade tem à disposição um milhão de m² de área para expansão e na primeira etapa das operações irá

Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

gerar 1.000 empregos (diretos e indiretos). Financiada pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A, a fábrica tem um orçamento de R\$ 210 milhões, que serão desembolsados até o início de 2015, quando sua produção deve ser iniciada. Estima-se que o *Capex* alcance R\$ 149 milhões e, em 2015 a fábrica produza cerca de 16 mil m², seguida de uma receita bruta de aproximadamente R\$ 211 milhões. O investimento visa atender o público do norte e nordeste brasileiro, que atualmente corresponde a 25% do mercado cerâmico nacional. Com público e portfólio específicos a fábrica será o motor da nova marca - Pointer.

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2014 aprovou a proposta da Administração de distribuir dividendos adicionais de 10%, além dos dividendos mínimos obrigatórios. O montante a pagar será de R\$ 23.635 (líquido dos pagamentos feitos em agosto de 2013) que corresponde a Juros sobre capital próprio no montante bruto de R\$ 7.675, sendo R\$ 0,0484259897 por ação e Dividendos no montante de cerca de R\$ 15.960, aproximadamente R\$ 0,1007001858 por ação. A data de pagamento será divulgada oportunamente.

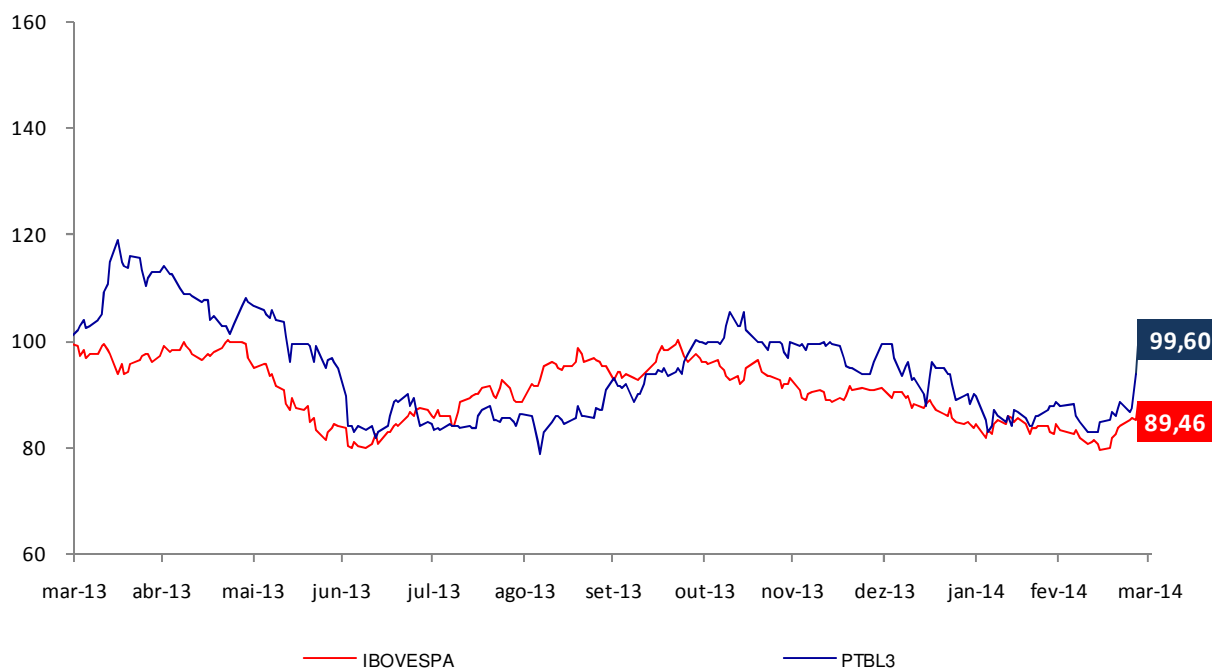
DESEMPENHO DAS AÇÕES PTBL3

As ações ordinárias emitidas pela Portobello, negociadas na BM&FBovespa sob o código PTBL3, encerraram o último pregão de março de 2014 cotadas a R\$ 4,98, resultando em uma queda de 0,2% nos últimos doze meses, enquanto o Ibovespa registrou queda de 11%.

O volume financeiro médio negociado nos últimos doze meses foi de R\$ 13 milhões, apresentando um aumento de 114% frente aos R\$ 6,1 milhões do mesmo período de 2013.

Ao final do trimestre de 2014, a Portobello apresentava um valor de mercado equivalente a R\$ 792 milhões (R\$ 795 milhões em 31 de março de 2013).

PTBL3 x Ibovespa
De (base 100) 31/03/2013 a 31/03/2014



PERSPECTIVAS

- Expectativas futuras indicam menor crescimento no mercado de revestimento cerâmico no Brasil em linha com a queda das expectativas de crescimento do PIB do mercado ao longo deste ano;
- A exportação continua sendo um mercado com potencial de crescimento, porém tem se mostrado mais desafiadora, seja em função da taxa de câmbio, seja em função dos mercados em que a Companhia atua - como no principal mercado, que é a Argentina;
- O segmento das lojas especializadas - franquias Portobello Shop, tem programada a abertura de novas lojas dando continuidade ao plano de expansão deste canal;
- O processo de investigação *antidumping* de porcelanato técnico, conduzido pela SECEX (Secretaria de Comércio Exterior), objetivando revisar as tarifas de importação dos porcelanatos técnicos, é um importante instrumento de forma a viabilizar a competitividade da indústria nacional neste segmento específico de produtos;
- A construção da nova fábrica em Alagoas viabilizará a entrada da Companhia no segmento de produtos mais competitivos em custo e no mercado do Nordeste. Pretende-se atender todo o mercado regional, além de exportar para o mercado internacional, como os Estados Unidos e a Europa. As obras estão em andamento e início das operações previsto para o 2º trimestre de 2015;
- As crescentes dificuldades impostas pelo mercado continuarão a exigir da Companhia nos próximos meses, ações adicionais de ganhos de produtividade em custos operacionais;
- O desenvolvimento no processo de distribuição é outro foco da Companhia, a fim de tornar a logística um diferencial do negócio nos próximos anos, sendo revisada e desenhada toda cadeia. A ação prevista para os meses subsequentes é a criação de novos centros de distribuição ainda em 2014.

DESIGN E RELACIONAMENTO

Um dos importantes valores da Portobello, o Design é o veículo que promove o relacionamento da marca com seu principal público alvo – o especificador. Os profissionais da arquitetura e do design de interiores têm na informação sobre materiais e tendências uma importante fonte para seu trabalho e, em contrapartida, o diálogo com esses profissionais alimenta o processo de criação e inovação da Companhia.

Dois canais de distribuição relacionam-se de forma mais direta com os arquitetos, designers de interiores e engenheiros. São eles: o canal Engenharia, que atende às grandes obras através de construtoras e clientes corporativos, e a Portobello Shop, onde a maior parte das vendas é realizada através do especificador.

No canal Engenharia, o Programa Criar reúne uma série de serviços para esse público, como suporte à especificação, *sample express*, informações técnicas através de canais digitais e visitas dirigidas à fábrica. Os arquitetos participam de clínicas de produtos nas visitas à fábrica quando podem trocar informações e fazer sugestões à equipe de criação. Desse diálogo surgem *insights* para novos projetos de produtos e serviços, funcionando como um dos vetores da inovação.

Para incentivar a atividade dos profissionais e valorizar sua produção arquitetônica, a Portobello edita anualmente o Livro Arquitetura Brasileira com a publicação de suas principais obras. Em 2014 foi lançada a 3ª Edição do Livro com a participação de mais de 20 arquitetos.

No canal Portobello Shop, o Programa SER é o principal meio de relacionamento com os especificadores há dez anos. Em 2013 um grupo de arquitetos visitou o Japão em uma viagem cultural e, diversos grupos participaram das clínicas de produto com a equipe de criação. Os melhores profissionais do país são homenageados anualmente em uma premiação especial. Em 2013 dois novos veículos de comunicação com os especificadores desse canal de varejo foram lançados. O Moda, um informativo de tendências editado trimestralmente em parceria com a Revista Bamboo, concentra informações sobre lançamentos e movimentos do mercado de decoração de interiores. O Casas Portobello é uma publicação constante disponível nas lojas Portobello Shop com exemplos

Portobello S.A e empresas controladas

Relatório da Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reais de ambientes feitos pelos arquitetos e designers de interiores, uma forma de divulgar o trabalho, inspirar os clientes e valorizar os profissionais.

A Portobello acredita que o design inspira e emociona as pessoas e que, o diálogo com os profissionais da arquitetura e design de interiores é fundamental para alimentar constantemente esse processo.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A política da Portobello em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se substancia nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente. Durante o 1T14, a Companhia não contratou os auditores independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa.

COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Diretoria

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente
John Shojiro Suzuki	Diretor Financeiro/Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira	Diretor

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Cesar Bastos Gomes	Presidente
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente (Diretor Presidente)
Cláudio Ávila da Silva	Conselheiro (Diretor Vice-Presidente)
Nilton Torres de Bastos Filho	Conselheiro
Maurício Levi	Conselheiro (Independente)
Plínio Villares Musetti	Conselheiro (Independente)
Glauco José Côte	Conselheiro (Independente)
Mário José Gonzaga Petrelli	Conselheiro (Independente)
Geraldo Luciano Mattos Júnior	Conselheiro (Independente)

Visite o site de Relações com Investidores: www.portobello.com.br/ri

1 Informações gerais

A Portobello S.A., também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, que detém em 31 de março de 2014 59,62% das ações da sociedade. Os 40,38% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que está classificada como uma operação descontinuada conforme descrito na nota explicativa nº 36; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra uma loja em Belo Horizonte; e a (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, especializadas em revestimentos cerâmicos. A Portobello Shop possui uma rede com 115 lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos.

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As Demonstrações Contábeis Intermediárias consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais.

Assim sendo, as Demonstrações Contábeis Intermediárias do Grupo e as Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As referidas Demonstrações Contábeis Intermediárias foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração de Demonstrações Contábeis Intermediárias (ITR).

A emissão das Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 08 de maio de 2014.

b) Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Intermediárias:

- o ativo atuarial de benefício definido que é reconhecido como ativo do plano, acrescido do custo de serviço passado e perdas atuariais, deduzido dos ganhos e do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme nota 3.18.
- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto a moeda funcional da controlada Portobello América, Inc. que é o dólar americano, convertido para o real na data de apresentação, conforme nota explicativa nº 3.3 b). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa nº 4.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Consolidação

3.1.1 Demonstrações Contábeis Intermediárias consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia nas empresas controladas, Portobello América, Inc. , PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda, Portobello Shop S/A e Mineração Portobello Ltda são 100 - 99,9 - 99,9 e 99,7 respectivamente em 31 de março de 2014.

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia ou suas controladas deixam de ter controle, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se os ativos e passivos relacionados tivessem sido diretamente alienados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

3.1.2 Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais

Nas Demonstrações Contábeis Intermediárias individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

3.2 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como outros ganhos e perdas líquidos, exceto as operações de financiamentos que estão reconhecidas no resultado financeiro, conforme descrito nas notas explicativas nº 34 e nº 35.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

3.4 Ativos Financeiros

3.4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem “contas a receber de clientes”, bem como “caixa e equivalentes de caixa”.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos “PDD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos para a Companhia; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

3.8 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% ao ano.

3.9 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial". No passivo circulante está classificada a provisão para perda em investimento na controlada Portobello América que está em fase de descontinuação.

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 18).

3.10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação detalhada na nota explicativa 19.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota explicativa nº 19).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização, mencionadas na nota explicativa nº 20, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável e entende que os saldos em 31 de março de 2014 estão próximos do valor justo.

3.12 Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia e suas controladas assumem substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos", e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa nº 19.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia e suas controladas são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

3.13 *Impairment* de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

3.16 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Contábeis Intermediárias, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Um ativo somente é reconhecido quando a Companhia julgar que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos satisfazendo os critérios para o reconhecimento.

3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.18 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

A Companhia não utiliza o método corredor, assim não houve impactos da alteração do CPC 33, IAS 19 (R1).

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”, baseado na expectativa real, de alcançar no mínimo o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos de acordo com o planejamento anual da Companhia.

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa 29). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

3.19 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa n° 30.

3.20 Custos de emissão

Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

3.21 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis Intermediárias ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.22 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.23 Resultado de operações descontinuadas

O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment* e são apresentadas na nota explicativa n° 36.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de resultados abrangentes comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

3.24 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.25 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.26 Novas normas contábeis

Uma série de novas normas e alterações de normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 não foram consideradas na preparação destas Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionados abaixo:

- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros. Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A Sociedade não identificou impactos em suas informações contábeis intermediárias em decorrência destas revisões.
- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – Essa alteração introduz requerimentos de divulgações da mensuração dos valores recuperáveis dos ativos, em decorrência da emissão do IFRS 13. Os impactos identificados estão relacionados à divulgação do valor recuperável e da metodologia de mensuração e não geraram impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas.

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2015

O Grupo não planeja adotar antecipadamente esta norma.

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O IFRS 9 é aplicável somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

4.1 Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Contábeis Intermediárias e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 28.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A já efetuou pagamentos em agosto de 2011, março de 2013 e abril de 2014 de parte dos haveres em favor da Companhia correspondente respectivamente à primeira, segunda e terceira parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposição contratual.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon).

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº 22(h). O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Contábeis Intermediárias.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber	25.859	24.254	25.859	24.254
Créditos com controladas	46.333	47.962	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(46.048)	(47.649)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(22.997)	(40.808)	(22.997)	(40.808)
Empréstimos e financiamentos	(13.886)	(17.551)	(13.886)	(17.551)
Comissões	(1.247)	(1.181)	(1.247)	(1.181)
Passivos líquidos expostos	(11.986)	(34.973)	(12.271)	(35.286)

	Em euro				Em dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber	415	341	415	341	8.156	8.082	8.156	8.082
Créditos com controladas	-	-	-	-	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(20.348)	(20.340)	-	-
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(1.640)	(2.050)	(1.640)	(2.050)	(7.903)	(14.596)	(7.903)	(14.596)
Empréstimos e financiamentos	(90)	(88)	(90)	(88)	(6.013)	(7.371)	(6.013)	(7.371)
Comissões	(72)	(61)	(72)	(61)	(439)	(420)	(439)	(420)
	(1.387)	(1.858)	(1.387)	(1.858)	(6.073)	(14.171)	(6.199)	(14.305)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *Swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *Swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *Swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados, a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (notional) acordados entre as partes.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Controladora							
	31 de março de 2014				31 de dezembro de 2013			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	98.867	1.032	113.338	12.334	90.277	1.007	152.521	17.674
Entre um e dois anos	161.654	209	20.212	20.300	156.043	476	15.966	19.947
Entre dois e cinco anos	50.586	-	-	30.450	46.996	-	-	29.922
Acima de cinco anos	2.805	-	-	49.069	2.545	-	-	48.213
	313.912	1.241	133.550	112.153	295.861	1.483	168.487	115.756

	Consolidado							
	31 de março de 2014				31 de dezembro de 2013			
	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento financeiro	Fornecedores	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	98.867	1.032	115.294	12.551	90.277	1.007	153.922	18.080
Entre um e dois anos	161.654	209	20.212	20.410	156.043	737	15.966	20.055
Entre dois e cinco anos	51.586	-	-	30.615	47.962	-	-	30.084
Acima de cinco anos	2.805	-	-	49.336	2.545	-	-	48.477
	314.912	1.241	135.506	112.912	296.827	1.744	169.888	116.696

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

Em 31 de março de 2014 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 10,55% e TJLP de 5,00%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operação	Consolidado em Reais							
	31 de	Risco	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
	março de 2014		%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações (remuneradas 101,52% CDI)	23.113	Baixa CDI	10,55%	2.475	7,91%	1.857	5,28%	1.238
	<u>23.113</u>			<u>2.475</u>		<u>1.857</u>		<u>1.238</u>
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(4.939)	Alta CDI	10,55%	(521)	13,19%	(651)	15,83%	(782)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(84.635)	Alta CDI	10,55%	(8.929)	13,19%	(11.161)	15,83%	(13.393)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(51.506)	Alta CDI	10,55%	(5.434)	13,19%	(6.792)	15,83%	(8.151)
Empréstimos - BNDES	(30.795)	Alta TJLP	5,00%	(1.540)	6,25%	(1.925)	7,50%	(2.310)
	<u>(171.875)</u>			<u>(16.424)</u>		<u>(20.529)</u>		<u>(24.636)</u>

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de março de 2014 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas Demonstrações Contábeis Intermediárias. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Consolidado em Reais						
	31 de	Provável		Possível (25%)		Remoto (50%)	
	março de 2014	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	25.859	2,2630	-	2,8288	6.465	3,3945	12.930
Fornecedores, líquido de adiantamentos	(22.997)	2,2630	-	2,8288	(5.749)	3,3945	(11.499)
Empréstimos e financiamentos	(13.886)	2,2630	-	2,8288	(3.472)	3,3945	(6.943)
Comissões	(1.247)	2,2630	-	2,8288	(312)	3,3945	(624)
Passivos líquidos expostos	<u>(12.271)</u>	<u>2,2630</u>	<u>-</u>	<u>2,8288</u>	<u>(3.068)</u>	<u>3,3945</u>	<u>(6.136)</u>

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2014 podem ser assim sumariados:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Empréstimos e financiamentos	309.805	292.168	310.805	293.134
Parcelamento de obrigações tributárias	112.153	115.756	112.912	116.696
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(21.227)	(55.389)	(24.330)	(57.677)
Créditos com outras pessoas ligadas	(96.215)	(94.540)	(96.215)	(94.540)
Dívida líquida	304.516	257.995	303.172	257.613
Total do patrimônio líquido	208.019	191.849	208.032	191.857
Total do capital	512.535	449.844	511.204	449.470
Índice de alavancagem financeira (%)	59	57	59	57

A Companhia conta com linhas de créditos acordadas e não utilizadas no montante de R\$ 97.450 em 31 de março de 2014. Adicionalmente a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 147.784, cuja finalidade é o investimento da nova unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL).

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativos, empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	21.227	55.389	24.330	57.677
Contas a receber de clientes	155.705	158.522	163.214	163.801
	176.932	213.911	187.544	221.478
Passivo, outros passivos financeiros				
Fornecedores	113.286	152.441	115.242	153.842
Empréstimos e financiamentos	309.805	292.168	310.805	293.134
Parcelamento de obrigações tributárias	112.153	115.756	112.912	116.696
	535.244	560.365	538.959	563.672

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Conta corrente	722	6.410	1.214	6.979
Aplicações financeiras	20.505	48.979	23.116	50.698
	21.227	55.389	24.330	57.677

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo no primeiro trimestre de 2014 foi equivalente a 101,52%

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

7 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 50.000 ao custo de 9,8% ao ano pré fixado, mas com *Swap* para CDI detalhado no item (a) abaixo e prazo de pagamento em 60 meses com carência de 24 meses. Esta operação está classificada no passivo não circulante, atrelada ao grupo de empréstimos e financiamentos. As amortizações são semestrais com início em dezembro de 2014.

a) *Swap* de taxa de juros

Os valores de referência (notional) do contrato de *Swap* de taxas de juros, em 31 de março de 2014 correspondem a R\$ 50.000 à taxa de CDI+1,60% ao ano. As amortizações são semestrais.

O valor atualizado da operação foi registrado líquido no passivo circulante no montante de R\$ 315 e a parcela reconhecida no resultado no trimestre findo em 31 de março de 2014 totaliza uma perda de R\$ 255 (R\$ 161 em 31 de dezembro de 2013).

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	129.630	133.795	137.142	139.074
Mercado externo	25.859	24.254	25.859	24.254
	<u>155.489</u>	<u>158.049</u>	<u>163.001</u>	<u>163.328</u>
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	1.045	1.045	1.045	1.045
	<u>1.045</u>	<u>1.045</u>	<u>1.045</u>	<u>1.045</u>
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(813)	(520)	(816)	(520)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(16)	(52)	(16)	(52)
	<u>(829)</u>	<u>(572)</u>	<u>(832)</u>	<u>(572)</u>
	<u>155.705</u>	<u>158.522</u>	<u>163.214</u>	<u>163.801</u>

A movimentação da provisão para *impairment* de contas a receber é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2013	520	520
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber	293	296
Em 31 de março de 2014	<u>813</u>	<u>816</u>

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação provisionados e não provisionados

	Controladora							
	31 de março de 2014	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2013	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	143.673	143.673	-	-	150.724	150.724	-	-
Vencidos até 30 dias	8.567	-	8.567	-	6.027	-	6.027	-
Vencidos de 31 a 90 dias	1.779	-	1.764	15	1.286	-	1.276	10
Vencidos de 91 a 360 dias	2.053	-	1.623	430	978	-	652	326
Vencidos há mais de 360 dias	462	-	94	368	79	-	(105)	184
	156.534	143.673	12.048	813	159.094	150.724	7.850	520

	Consolidado							
	31 de março de 2014	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2013	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	151.115	151.115	-	-	155.936	155.936	-	-
Vencidos até 30 dias	8.620	-	8.620	-	6.047	-	6.047	-
Vencidos de 31 a 90 dias	1.781	-	1.766	15	1.319	-	1.309	10
Vencidos de 91 a 360 dias	2.068	-	1.635	433	992	-	666	326
Vencidos há mais de 360 dias	462	-	94	368	79	-	(105)	184
	164.046	151.115	12.115	816	164.373	155.936	7.917	520

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 22. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de março de 2014, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 69.857 (R\$ 57.065 em 31 de dezembro de 2013).

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Produtos acabados	184.935	135.728	185.107	135.909
Produtos em processo	6.935	6.808	6.935	6.808
Matérias-primas e materiais de consumo	13.605	14.851	13.605	14.851
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(6.127)	(5.402)	(6.127)	(5.402)
Importações em andamento	1.927	25.681	1.927	25.681
	201.275	177.666	201.447	177.847

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Mercado interno	5.713	11.170	4.296	9.757
Mercado externo	218	218	218	218
	<u>5.931</u>	<u>11.388</u>	<u>4.514</u>	<u>9.975</u>

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante				
ICMS	6.118	5.006	6.119	5.006
IPI	1.158	1.313	1.158	1.313
IRPJ/CSLL	3.943	10.522	4.380	10.978
Outros	171	440	321	586
	<u>11.390</u>	<u>17.281</u>	<u>11.978</u>	<u>17.883</u>
Não circulante				
ICMS sobre ativo imobilizado	3.465	3.400	3.465	3.400
PIS/COFINS sobre ativo imobilizado	815	484	815	484
	<u>4.280</u>	<u>3.884</u>	<u>4.280</u>	<u>3.884</u>

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de março de 2014 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado.

Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

12 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de março de 2014, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 96.215 (R\$ 94.540 em 31 de dezembro de 2013) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantia já se transformaram em precatório, com efeito. A Companhia recebeu em agosto de 2011 o valor de R\$ 8.505 referente à primeira parcela anual, de um total de 10 parcelas, conforme disposto em contrato. Já a segunda parcela no valor R\$ 9.824 e a terceira parcela no valor de R\$ 9.995, a Companhia recebeu respectivamente em março de 2013 e abril de 2014.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

13 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa nº 26) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Cível	20.213	16.030	20.213	16.030
Trabalhista	2.876	2.657	2.876	2.657
Tributária	3.168	2.034	3.168	2.034
	<u>26.257</u>	<u>20.721</u>	<u>26.257</u>	<u>20.721</u>

A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo. Razão pela qual o saldo de depósito judicial cível apresenta aproximadamente R\$ 20 milhões.

14 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contabilidade apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contabilidade apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 antes da atualização.

Submetido o cálculo à revisão, a contabilidade da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contabilidade da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136, registrada sob rubrica "Outras receitas operacionais". O valor do ativo atualizado em 31 de março de 2014 é de R\$ 45.720 (R\$ 43.555 em 31 de dezembro de 2013).

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Imposto de renda	1.435	7.156	1.840	7.565	-	-	(696)	(339)
Contribuição social	2.508	3.366	2.540	3.413	-	-	(237)	(122)
	3.943	10.522	4.380	10.978	-	-	(933)	(461)

Conforme nota 3.17, os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Contábeis Intermediárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo	12.213	12.198
Base negativa de CSLL	-	160
Diferenças temporárias	12.213	12.038
Portobello previdência	(2.413)	(2.381)
Provisão para ajuste a valor de mercado	1.807	1.553
Provisão para contingências	7.215	6.966
Provisão para devedores duvidosos	276	177
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	3.515	4.025
Outras diferenças temporárias ativas	1.813	1.698
Passivo	(42.657)	(41.352)
Diferenças temporárias	(42.657)	(41.352)
Realização da reserva de reavaliação	(17.262)	(17.396)
Recebíveis da Eletrobrás	(15.545)	(14.809)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(4.840)	(4.725)
Ajuste a valor presente	(1.784)	(1.713)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(4.464)	(4.464)
Variações cambiais pelo regime de caixa	1.238	1.755
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(30.444)	(29.154)

A movimentação líquida em 31 de março de 2014 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2013	(29.154)
Base negativa da CSLL	(160)
Diferenças temporárias ativas	177
Diferenças temporárias passivas	(1.441)
Reserva de reavaliação	134
Em 31 de março de 2014	(30.444)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado		
Base negativa de CSLL	(160)	-
Portobello previdência	(32)	(32)
Provisão para ajuste a valor de mercado	254	209
Provisão para contingências	249	262
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	-	705
Provisão para devedores duvidosos	99	30
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	(510)	364
Outras diferenças temporárias ativas	115	(729)
	<u>15</u>	<u>809</u>
Realização da reserva de reavaliação	134	134
Recebíveis da Eletrobrás	(736)	(657)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(115)	(72)
Ajuste a valor presente	(71)	373
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	-	42
Variações cambiais pelo regime de caixa	(517)	(97)
	<u>(1.305)</u>	<u>(277)</u>
	<u>(1.290)</u>	<u>532</u>

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(3.537)	(5.801)	(5.938)	(7.418)
Imposto diferido ativo (passivo)	(1.290)	532	(1.290)	532
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(4.827)</u>	<u>(5.269)</u>	<u>(7.228)</u>	<u>(6.886)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Lucro antes do imposto	<u>19.377</u>	<u>18.331</u>	<u>21.803</u>	<u>19.974</u>
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(6.588)	(6.233)	(7.413)	(6.791)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	1.635	664	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	193	366	161	366
Depreciação de ativos reavaliados	(134)	(134)	(134)	(134)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	1.357	(464)	1.448	(859)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.290)	532	(1.290)	532
Encargo fiscal	<u>(4.827)</u>	<u>(5.269)</u>	<u>(7.228)</u>	<u>(6.886)</u>
Aliquota efetiva	<u>24,9%</u>	<u>28,7%</u>	<u>33,2%</u>	<u>34,5%</u>

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9 referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. A Companhia tem expectativa de realização deste ativo em médio prazo. Desta forma, a Companhia reconheceu em novembro de 2009 o valor incontroverso que atualizado até 31 de março de 2014 é de R\$ 14.236 (R\$ 13.896 em 31 de dezembro de 2013).

17 Ativos contingentes

Os ativos contingentes referem-se aos processos judiciais de nºs 1998.34.00.029022-4 e 1984.00.020114-0 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI'. Estes processos encontram-se em fases de liquidação de sentença. Todavia, os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela Justiça Federal e ainda não podem e não foram reconhecidos como ativos. Entretanto, a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões atualizados até dezembro de 2009 nos montantes de R\$ 54.605 e R\$ 1.848, respectivamente.

18 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de quatro empresas e os investimentos estão registrados no ativo permanente sob a rubrica "Participação em controladas" e no passivo como "Provisão para perda em investimentos".

	Resultado do exercício	Percentual de participação	31 de dezembro de 2013	Variações cambiais	Resultado equivalência patrimonial	31 de março de 2014	
Provisão para perdas em investimentos							
Portobello América Inc.	(46.048)	(20)	100%	(47.649)	1.620	(20)	(46.049)
PBTech Ltda.	(6.578)	165	99,94%	(6.736)	-	165	(6.571)
Mineração Portobello Ltda.	(632)	214	99,76%	(846)	-	213	(633)
				(55.231)	1.620	358	(53.253)
Investimentos - Participação em controladas							
Portobello Shop S.A.	4.934	4.454	99,90%	480	-	4.449	4.929
				480	-	4.449	4.929
Total investimento em controladas				(54.751)	1.620	4.807	(48.324)

Em 31 de março de 2014 a Companhia apresenta a provisão para perdas em investimentos da controlada Portobello América Inc. no passivo não circulante. A intenção da Administração é de capitalizar a dívida da controlada.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do período é a seguinte:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2013						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	327	47.976	-	(75)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	1.966	8.704	5.700	(1.810)
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	8.775	8.295	55.255	15.134
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	891	1.735	2.707	62
Em 31 de março de 2014						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	302	46.350	-	(20)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	2.092	8.666	1.734	165
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	14.666	9.737	15.394	4.449
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	1.055	1.686	976	213

19 Imobilizado

a) Composição

	Controladora			Consolidado			
	Taxa média anual de depreciação	31 de março de 2014		31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		12.141	-	12.141	12.141	12.695	12.518
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	120.750	(19.923)	100.827	99.961	100.899	100.075
Máquinas e equipamentos	7%	366.269	(227.844)	138.425	139.409	138.425	139.409
Móveis e utensílios	10%	8.536	(7.623)	913	960	992	1.045
Computadores	20%	14.183	(12.513)	1.670	1.702	1.715	1.747
Outras imobilizações	20%	219	(207)	12	15	537	540
Imobilizações em andamento (a)		25.477	-	25.477	10.236	25.479	10.238
		547.575	(268.110)	279.465	264.424	280.742	265.572

(a) O saldo de imobilizações em andamento é composto substancialmente por projetos de expansão e otimização da unidade industrial da Companhia, e da construção da planta fabril em Alagoas.

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição, (vide nota explicativa nº 30g).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e as mesmas taxas foram mantidas de 2009 até a presente data.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação do imobilizado

	Controladora								
	31 de dezembro de 2012	Adições	Transferências	Depreciação	31 de dezembro de 2013	Adições	Transferências	Depreciação	31 de março de 2014
Terrenos	11.111	1.030	-	-	12.141	-	-	-	12.141
Edificações e benfeitorias	82.836	-	20.307	(3.182)	99.961	-	1.816	(950)	100.827
Máquinas e equipamentos	78.986	939	72.250	(12.766)	139.409	372	2.793	(4.149)	138.425
Móveis e utensílios	951	229	-	(220)	960	11	-	(58)	913
Computadores	1.616	611	-	(525)	1.702	122	-	(154)	1.670
Outras imobilizações	30	-	-	(15)	15	-	-	(3)	12
Imobilizações em andamento	10.311	92.482	(92.557)	-	10.236	19.850	(4.609)	-	25.477
	185.841	95.291	-	(16.708)	264.424	20.355	-	(5.314)	279.465

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2012	Adições	Transferências	Depreciação	31 de dezembro de 2013	Adições	Transferências	Depreciação	31 de março de 2014
Terrenos	11.488	1.030	-	-	12.518	177	-	-	12.695
Edificações e benfeitorias	82.985	-	20.307	(3.217)	100.075	-	1.816	(992)	100.899
Máquinas e equipamentos	78.986	939	72.250	(12.766)	139.409	372	2.793	(4.149)	138.425
Móveis e utensílios	1.061	231	-	(247)	1.045	11	-	(64)	992
Computadores	1.668	617	-	(538)	1.747	126	-	(158)	1.715
Outras imobilizações	89	-	466	(15)	540	-	-	(3)	537
Imobilizações em andamento	10.779	92.482	(93.023)	-	10.238	19.850	(4.609)	-	25.479
	187.056	95.299	-	(16.783)	265.572	20.536	-	(5.366)	280.742

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Custo dos produtos vendidos	4.757	3.029	4.757	3.029
Despesa comercial	401	274	447	281
Despesa administrativa	156	133	162	139
	5.314	3.436	5.366	3.449

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Intangível

a) Composição

	Controladora			Consolidado			
	31 de março de 2014			31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	
Softwares	20%	12.369	(12.169)	200	208	200	208
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(800)	200	250	683	746
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	150	150
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	190	190
Sistema de gestão (a)	21%	18.887	(2.426)	16.461	17.450	16.461	17.450
		32.406	(15.395)	17.011	18.058	17.684	18.744

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor.

b) Movimentação do intangível

	Controladora					
	31 de dezembro de 2012		31 de dezembro de 2013		31 de março de 2014	
	Adições	Amortizações	Adições	Amortizações	Adições	Amortizações
Softwares	311	(103)	208	(19)	11	200
Direito exploração de jazidas	450	(200)	250	(50)	-	200
Marcas e patentes	150	-	150	-	-	150
Sistema de gestão	14.209	(1.425)	17.450	(989)	-	16.461
	15.120	(1.728)	18.058	(1.058)	11	17.011

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2012			31 de dezembro de 2013			31 de março de 2014	
	Adições	Amortizações	Baixas	Adições	Amortizações	Baixas	Adições	Amortizações
Softwares	311	(103)	-	208	(19)	-	11	200
Direito exploração de jazidas	457	(222)	-	746	(50)	(13)	-	683
Marcas e patentes	152	-	(2)	150	-	-	-	150
Fundo de comércio	190	-	-	190	-	-	-	190
Sistema de gestão	14.209	(1.425)	-	17.450	(989)	-	-	16.461
	15.319	(1.750)	(2)	18.744	(1.058)	(13)	11	17.684

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Custo dos produtos vendidos	139	58	139	59
Despesa comercial	704	6	704	6
Despesa administrativa	215	18	215	18
	<u>1.058</u>	<u>82</u>	<u>1.058</u>	<u>83</u>

c) Plano para amortização do Intangível Consolidado:

	Softwares	Direito de exploração de jazidas	Sistema de gestão (a)	Total
2014	68	302	3.961	4.331
2015	42	102	3.954	4.098
2016	40	102	3.879	4.021
2017	39	102	3.673	3.814
2018	-	80	1.000	1.080
	<u>189</u>	<u>688</u>	<u>16.467</u>	<u>17.344</u>

Os itens marcas e patentes e fundo de comércio no total de R\$ 340 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito na nota 3.13.

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Mercado interno	90.790	111.606	92.746	113.007
Mercado externo	22.548	40.915	22.548	40.915
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(52)	(80)	(52)	(80)
Circulante	<u>113.286</u>	<u>152.441</u>	<u>115.242</u>	<u>153.842</u>
Mercado interno (a)	20.212	15.966	20.212	15.966
Não circulante	<u>20.212</u>	<u>15.966</u>	<u>20.212</u>	<u>15.966</u>
	<u>133.498</u>	<u>168.407</u>	<u>135.454</u>	<u>169.808</u>

(a) Refere-se à provisão para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 13

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Empréstimos e financiamentos

	Vencimentos	Encargos	Controladora		Consolidado	
			31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"		VC+6,20% a.a. ¹	1.064	1.547	1.064	1.547
Pré-pagamento e ACC (a)		VC+4,25% a.a. ¹	2.138	1.481	2.138	1.481
FINIMP			-	2.730	-	2.730
Total		VC + 4,90% a.a.¹	3.202	5.758	3.202	5.758
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462 (b)		8,00% a.a. ¹	31.164	20.335	31.164	20.335
FINEP (c)		6,25% a.a.	5.202	5.204	5.202	5.204
Nota de Crédito de Exportação (d)		11,52% a.a. ¹	23.126	20.584	23.126	20.584
Lei nº 4.131 (e) - (nota 7)		9,80% a.a. + CDI	8.649	7.497	8.649	7.497
Arrendamento financeiro (f)		9,71% a.a. ¹	1.032	1.007	1.032	1.007
BNDES - Progeren (g)		8,46% a.a. ¹	17.462	15.168	17.462	15.168
PRODEC (h)		4,00% a.a. + UFIR	4.959	5.632	4.959	5.632
FINAME (i)		3,00% a.a. ¹	11	11	11	11
Capital de giro (j)		12,24% a.a. ¹	4.939	9.872	4.939	9.872
Total		8,95% a.a.¹	96.544	85.310	96.544	85.310
Total do circulante			99.746	91.068	99.746	91.068
Não circulante						
Moeda estrangeira						
"Suppliers credit"	Out/2016	VC+6,20% a.a. ¹	1.491	1.544	1.491	1.544
Pré-pagamento (a)	Mai/2018	VC+4,25% a.a. ¹	9.193	10.249	9.193	10.249
Total		VC + 4,52% a.a.¹	10.684	11.793	10.684	11.793
Moeda nacional						
Exim Pré-embarque TJ 462 (b)	Set/2015	8,00% a.a. ¹	19.167	30.000	19.167	30.000
FINAME /POC						
FINEP (c)	Set/2018	6,25% a.a. ¹	18.029	19.318	18.029	19.318
Nota de Crédito de Exportação (d)	Dez/2017	11,52% a.a. ¹	71.615	48.000	71.615	48.000
Lei nº 4.131 (e) - (nota 7)	Dez/2017	9,80% a.a. + CDI	42.857	42.857	42.857	42.857
Arrendamento financeiro (f)	Mai/2015	9,71% a.a. ¹	209	476	209	476
BNDES - Progeren (g)	Mar/2016	8,46% a.a. ¹	13.333	17.083	13.333	17.083
PRODEC (h)	Mar/2016	4,00% a.a. + UFIR	28.143	26.128	28.143	26.128
FINAME (i)	Set/2015	3,00% a.a. ¹	6.022	5.445	6.022	5.445
Capital de giro			-	-	1.000	966
Total		8,81% a.a.¹	199.375	189.307	200.375	190.273
Total do não circulante			210.059	201.100	211.059	202.066
Total			309.805	292.168	310.805	293.134

¹ Taxa média ponderada

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio

a) Pré-pagamento e Adiantamento de Contrato de Câmbio – contratos celebrados em: (i) 2010 e 2011 de pré-pagamento no montante de US\$ 10,431, com prazo de até 30 meses e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e Portobello S.A.; e (ii) junho de 2013 de PPE, no valor de U\$ 5,000, vencimento do principal em 16 parcelas e juros em 20 parcelas trimestrais sendo a primeira em setembro de 2013 e como garantia foram dados 100% penhor mercantil.

b) Exim Pré-Embarque – Exim Pré-Embarque – contratos celebrados em: (i) agosto de 2013 no montante de R\$ 30 milhões, com vencimento em 12 parcelas mensais, sendo a primeira em setembro de 2014 e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

devedor do contrato; e (ii) setembro de 2013, no valor de R\$ 20 milhões, com vencimento em 18 parcelas mensais, sendo a primeira em abril de 2014 e como garantia foram dados 100% penhor mercantil e hipoteca de imóveis da Portobello S.A.

c) FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) – contrato celebrado em maio de 2010 no valor de até R\$ 30 milhões, com juros de 5% ao ano e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. A primeira parcela no montante de R\$ 13 milhões, foi totalmente liberada em setembro de 2010 e a segunda parcela, no montante de R\$ 5.572, foi liberada em dezembro de 2012. Para este contrato foi necessária a apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 1,25% ao ano.

d) NCE (Nota de Crédito de Exportação) – contratos celebrados em: (i) janeiro de 2013, no valor de R\$ 20 milhões com vencimento em 7 parcelas semestrais, sendo a primeira em 05 de janeiro de 2015 e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A, no valor de 50% sobre o saldo devedor do contrato; (ii) fevereiro de 2013, no valor de R\$ 10 milhões com vencimento do principal em fevereiro de 2016. Para este contrato não existem cláusulas restritivas, operação clean no que se refere à garantias; (iii) abril de 2013, no valor de R\$ 30 milhões, com vencimento em 5 parcelas semestrais (abril e outubro de 2014; abril e outubro de 2015 e abril de 2016). Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato; e (iv) junho de 2013, no valor de R\$ 10 milhões, com vencimento em 11 parcelas mensais, sendo a primeira em agosto de 2013. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato; (iv) Março de 2014, no valor de R\$ 28 milhões, com vencimento em 36 parcelas mensais, sendo a primeira em abril de 2014. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 50% sobre o saldo devedor do contrato.

e) Lei nº 4.131 Trade Exportador com Swap para CDI – contratos celebrados em: (i) dezembro de 2012 no valor de R\$ 50 milhões, com prazo de pagamento em 60 meses e carência de 24 meses. As amortizações são semestrais e como garantias foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

f) Arrendamento Financeiro – contratos celebrados em: (i) maio de 2012 junto ao SG Equipment Finance S.A. no valor de R\$ 2,5 milhões, com prazo de 36 meses; e (ii) julho de 2012, junto a HP Hewlett Packard no valor de R\$ 450 mil com prazo de 36 meses. Para ambos os contratos foram dados como garantias os bens financiados

g) BNDES (Progeren) – contrato celebrado em: (i) janeiro de 2013, no valor de R\$ 20 milhões com um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato não existem cláusulas restritivas, sem garantias; e (ii) março de 2013, no valor de R\$ 10 milhões também com um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato também não existem cláusulas restritivas, mas foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 40% sobre o saldo devedor do contrato, como garantias.

h) PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (11,39% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

i) FINAME (cédula de crédito industrial) – (i) contrato celebrado de maio de 2013 a setembro de 2013, no valor de R\$ 5,5 milhões com vencimento em 96 parcelas mensais e carência de 24 meses. Para esse contrato foram dados como garantia os equipamentos financiados; (ii) contrato celebrado de janeiro de 2014, no valor de R\$ 577 mil com vencimento em 96 parcelas mensais e carência de 17 meses. Para esse contrato foram dados como garantia os equipamentos financiados.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

j) **Capital de Giro** – contrato de capital de giro celebrado em junho de 2013, no valor de R\$ 18 milhões, com vencimento em 11 parcelas mensais, sendo a primeira em agosto de 2013. Para esse contrato foram dados como garantias recebíveis da Portobello S.A, no valor de 20% sobre o saldo devedor do contrato.

As operações de empréstimos e financiamentos com saldos em 31 de março de 2014, não apresentam cláusulas restritivas.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 8) e de controlada (nota explicativa nº 42), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 30.122.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos em 1º de março	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
2015	87.805	96.818	87.805	96.818
2016	70.154	55.933	71.154	55.933
2017	40.386	39.155	40.386	39.155
2018	8.227	6.032	8.227	6.998
2019 a 2023	3.487	3.162	3.487	3.162
	<u>210.059</u>	<u>201.100</u>	<u>211.059</u>	<u>202.066</u>

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Reais	295.919	274.617	296.919	275.583
Euros	279	285	279	285
Dólares dos Estados Unidos	13.607	17.266	13.607	17.266
	<u>309.805</u>	<u>292.168</u>	<u>310.805</u>	<u>293.134</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

As obrigações de arrendamento financeiro para a controladora e consolidado estão descritas conforme abaixo:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos		
Menos de um ano	1.106	1.101
Mais de um ano e menos de cinco anos	211	492
Total	1.317	1.593
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	(76)	(110)
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	1.241	1.483
O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:		
Menos de um ano	1.032	1.007
Mais de um ano e menos de cinco anos	209	476
Total	1.241	1.483

23 Parcelamento de obrigações tributárias

	Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
		Data	Parcelas a vencer		
Portobello S.A.	INSS	Dez/09	8	2.363	3.193
	IPI	Dez/09	8	1.605	2.169
	PIS/ COFINS/ IRPJ e CSLL	Mar/09	-	-	420
	ICMS	Dez/13	9	145	-
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	127	108.040	109.974
Total Controladora				112.153	115.756
Portobello Shop S.A.	INSS	Nov/09	7	175	245
	IRPJ, CSLL e COFINS	Mar/09	-	-	107
	LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	130	584	588
Total Controlada				759	940
Total Consolidado				112.912	116.696

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
2014	12.334	17.674	12.551	18.080
2015 a 2023 (*)	91.350	89.765	91.845	90.251
2024	8.469	8.317	8.516	8.365
	112.153	115.756	112.912	116.696
Circulante	14.874	17.674	15.104	18.080
Não circulante	97.279	98.082	97.808	98.616

(*) De 2015 a 2023 as parcelas anuais serão de R\$ 10.150 e R\$ 9.974 para a Controladora e R\$ 10.205 e R\$ 10.028 para o Consolidado, ambas em março de 2014 e dezembro de 2013 respectivamente.

a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em Novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 24).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 1.295 sem atraso superior a três meses, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos na nota explicativa nº 16.

24 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 (vide nota explicativa 33) considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Douta Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas na nota explicativa nº 16. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese remota de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 14.691 em 31 de março de 2014, considerando a desconfição

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 17.

25 Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
IRRF	1.109	1.065	1.212	1.123
ICMS	5.422	3.885	5.422	3.889
PIS/COFINS	2.866	1.562	3.366	1.899
Outros	138	229	325	401
	<u>9.535</u>	<u>6.741</u>	<u>10.325</u>	<u>7.312</u>

26 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões são suficientes para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Cíveis	4.817	4.671	4.875	4.727
Trabalhistas	14.184	13.511	14.184	13.511
Tributárias	2.350	2.305	2.350	2.305
	<u>21.351</u>	<u>20.487</u>	<u>21.409</u>	<u>20.543</u>
Circulante	15.030	14.600	15.066	14.635
Não Circulante	6.321	5.887	6.343	5.908

As contingências classificadas no circulante são provenientes de análise jurídica e que tem expectativa de realização menor que 12 meses.

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2013	4.671	13.511	2.305	20.487
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	242	822	45	1.109
Provisões adicionais	72	258	45	375
Atualização monetária (nota 35)	170	564	-	734
Reversões por realização	(96)	(149)	-	(245)
Em 31 de março de 2014	4.817	14.184	2.350	21.351

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2013	4.727	13.511	2.305	20.543
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	244	822	45	1.111
Provisões adicionais	72	258	45	375
Atualização monetária (nota 35)	172	564	-	736
Reversões por realização	(96)	(149)	-	(245)
Em 31 de março de 2014	4.875	14.184	2.350	21.409

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 169 ações cíveis (188 ações em 31 de dezembro de 2013), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 13).

Os passivos contingentes de natureza cível são relacionados na nota explicativa nº 27.

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 360 reclamações trabalhistas (355 reclamações em 31 de dezembro de 2013), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se, preponderantemente, na postulação do adicional de insalubridade, matéria já pacificada no TRT da 12ª Região em favor da Companhia. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 13).

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

Os passivos contingentes relacionados estão evidenciados na nota explicativa nº 27.

Tributárias**a) INSS sobre Cooperativas**

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando ao recolhimento da contribuição, mas entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas, com base nisso pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 31 de março de 2014 soma R\$ 2.350 (R\$ 2.305 em 31 de dezembro de 2013).

Os saldos das provisões para contingências tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC no período.

27 Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Cíveis	1.936	1.967	2.180	2.211
Trabalhistas	12.037	12.009	12.037	12.009
	13.973	13.976	14.217	14.220

Estes processos são classificados como passivos contingentes porque não é provável a condenação da Companhia. E, em consequência, não será necessária a saída de recursos para liquidar as obrigações.

28 Benefícios a empregados**28.1 Plano de previdência privada**

A Companhia e suas controladas desde de 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 39 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

Em 31 de março de 2014, o saldo das contribuições especiais referentes ao tempo passado, a serem depositadas na conta individual daqueles participantes que satisfizerem às condições estabelecidas no regulamento do plano, monta em R\$ 2.449 (R\$ 2.544 em 31 de dezembro de 2013) e encontra-se provisionado no passivo não circulante. No momento em que cada participante integrante desta condição tornar-se elegível, a Companhia quitará a parcela de reserva especial atribuível ao mesmo.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Hipóteses econômicas		
Taxa de desconto	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Taxa de retorno esperado dos ativos	6% a.a. (real)	6% a.a. (real)
Crescimentos salariais futuros	2% a.a. (real) até 47 anos	2% a.a. (real) até 47 anos
Crescimento dos benefícios da Previdência		
Social e dos limites	2% a.a. (real) a partir de 48 anos	2% a.a. (real) a partir de 48 anos
Inflação	Desconsiderada	Desconsiderada
Fator de capacidade		
Salários	100%	100%
Benefícios	100%	100%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	AT 83	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	Exp. IAPC	Exp. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas

28.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Remuneração	23.509	19.536	25.192	20.954
Benefícios				
Plano de previdência	229	231	247	298
FGTS	1.921	1.576	2.131	1.666
Outros	2.743	1.790	2.839	1.864
Total	28.402	23.133	30.409	24.782

29 Incentivo de longo prazo

Diante da perspectiva de criação de valor para negócio foi instituído e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2012, o incentivo de longo prazo (ILP). Este consiste em um programa de meritocracia que visa atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na Companhia, alinhar os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular permanência nos cargos.

São elegíveis ao ILP diretores e gerentes com classificações de desempenho acima da média, conforme política interna de avaliação de performance, e que mediante a assinatura de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa.

No contrato de adesão é definido o número de títulos que cada participante receberá. Os títulos são chamados figurativamente de “ações referência” e não são negociados em mercado de balcão. A “valorização” dos títulos anualmente é calculada pelo desempenho do ebitda¹ e da relação entre ebitda e dívida líquida².

O pagamento será feito em três parcelas anuais (2015, 2016, 2017) com diferimento de dois anos no início do período (2013 e 2014). A liquidação será completa após cinco anos do reconhecimento inicial (2017) e a Companhia fará o pagamento, através de valores monetários em valor proporcional aos valores apurados pelas métricas do plano.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012 e o valor presente da obrigação em 31 de março de 2014 é R\$ 6.974 na controladora e R\$ 7.438 no consolidado (R\$ 5.868 na controladora e R\$ 6.238 no consolidado em 31 de dezembro de 2013).

¹lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização

² empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários.

30 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2014 a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 46.065 representado por 159.008.924 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, bem como em 31 de dezembro de 2013.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.159.008.924 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 31 de março de 2014 havia 63.693.787 ações em circulação, o equivalente a 40,06% do total de ações emitidas (63.488.187 em 31 de dezembro de 2013, equivalente a 39,92% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria e as em tesouraria.

b) Ações em tesouraria

Em 1994 a Portobello S/A celebrou acordo de cooperação financeira com o *International Finance Corporation* (IFC) e como obrigação acessória, assumiu o compromisso de fomentar a participação de seus funcionários no seu quadro societário através da oferta de ações, possibilitando que fossem financiadas direto com a Companhia, mediante desconto em folha de pagamento.

Já em 1997, como alguns funcionários não tinham mais interesse em continuar amortizando o financiamento, assinaram um termo de desistência transferindo a posse destas ações novamente para a Companhia, que as executou no quarto trimestre de 2013, reconhecendo-as como ações em tesouraria conforme aprovação do Conselho de Administração em outubro de 2013.

A Companhia registrou as ações em tesouraria a valor de mercado, levando em consideração os estudos realizados na época, que verificaram que o valor do custo histórico do ativo que originou as ações era superior ao valor de mercado na data da contabilização.

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de março de 2014, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 7.808 (idem em 31 de dezembro de 2013) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Dividendos

	Controladora	Consolidado
Dividendos 2012	15.595	15.595
Pagamento referentes 2012	(15.462)	(15.462)
Dividendos antecipados 2013	2.796	2.796
JCP antecipados 2013	3.659	3.659
Pagamento referentes 2013	(6.404)	(6.404)
Dividendos mínimos obrigatórios (líquidos de antecipações)	15.038	15.038
Dividendos a pagar de controladas	-	15
Saldo atual	15.222	15.237

Em 30 de abril de 2014, foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$ 8.597, conforme nota explicativa 44. A data para pagamento dos proventos será divulgada ao mercado oportunamente em Aviso aos Acionistas.

Os dividendos são equivalentes a 35% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia.

e) Reserva de retenção de lucros

O montante de R\$ 41.786 refere-se ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2013. Já em 30 de abril de 2014 a Assembleia aprovou o montante de R\$ 68.747, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito na nota explicativa 44.

f) Reserva de lucros a destinar

O montante da “Reserva de lucros a destinar” que em 31 março de 2014 é de R\$ 57.460 refere-se ao saldo remanescente de lucros acumulados do exercício de 2013, após a destinação de 5% para reserva legal, de 25% de dividendos mínimos obrigatórios e de R\$ 8.597 a título de dividendos adicionais aprovados na Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2014.

Os Administradores da Companhia propuseram em Assembleia Geral a destinação da reserva em observância aos artigos 199 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), conforme descrito na nota explicativa 44.

g) Ajuste de avaliação patrimonial – Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas em laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em conformidade com o ICPC 10, a Companhia registrou um valor complementar de R\$ 2.517 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo reavaliado dos terrenos, visto que em 2006 quando a reavaliação foi realizada, a legislação não permitia a incidência. O ICPC 10 orienta as Companhias a constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos quando "é provável que os benefícios econômicos associados ao ativo não depreciável irão se reverter para a própria entidade, sejam estes derivados da venda atual, da venda futura ou do próprio uso do ativo". O imposto de renda e contribuição social diferidos correspondentes ao ajuste de avaliação patrimonial de terrenos, construções e benfeitorias estão classificados no passivo não circulante, conforme nota explicativa nº 15(b).

Considerando o complemento do ajuste de avaliação patrimonial, aprovados pela AGE em 29 de dezembro de 2006, o saldo do ajuste de avaliação patrimonial de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 41.740 em 31 de março de 2014 (R\$ 42.133 em 31 de dezembro de 2013), a despesa de depreciação da reavaliação, no trimestre findo em 31 de março de 2014 foi de R\$ 393 (R\$ 1.580 em 31 de dezembro de 2013), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial registrado no passivo não circulante é de R\$ 17.262 (R\$ 17.396 em 31 de dezembro de 2013), vide nota explicativa nº 15(b).

31 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do período findo em 31 de março de 2014, é como segue.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Receita bruta de vendas	245.621	208.403	262.080	220.446
Deduções da receita bruta	(53.716)	(43.424)	(55.540)	(44.691)
Impostos sobre vendas	(47.034)	(39.008)	(48.819)	(40.251)
Devoluções	(6.682)	(4.416)	(6.721)	(4.440)
Receita líquida de vendas	191.905	164.979	206.540	175.755
Mercado interno	171.903	151.988	184.947	160.919
Mercado externo	20.002	12.991	21.593	14.836

32 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o período findo em 31 de março de 2014 são os seguintes:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	(22.925)	(7.735)	(22.925)	(7.735)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	74.310	57.805	73.332	57.272
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	9.195	7.050	9.195	7.050
Custo das mercadorias revendidas	43.480	37.357	43.898	37.722
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	743	573	743	573
Salários, encargos e benefícios a empregados	32.256	28.560	34.685	30.546
Mão de obra e serviços de terceiros	4.869	4.379	6.732	5.812
Amortização e depreciação	6.237	3.472	6.289	3.484
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	2.433	1.594	2.581	1.625
Comissões sobre vendas	5.173	3.765	5.225	3.792
Despesas com marketing e publicidade	1.798	1.225	3.570	2.379
Outras despesas comerciais	7.305	3.724	8.062	4.706
Outras despesas administrativas	950	746	1.001	857
Total	165.824	142.515	172.388	148.083

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

33 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o período findo em 31 de março de 2014 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	532	544	157	(33)
Outras receitas	151	289	154	300
Total	683	833	311	267
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 26)	(342)	(506)	(352)	(1.306)
Provisão para participação no resultado (a)	(1.106)	(1.071)	(1.200)	(1.246)
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 29)	(3.026)	-	(3.314)	-
Despesas pré operacionais Fábrica Alagoas	(734)	-	(734)	-
Outras despesas	(218)	(163)	(222)	(196)
Total	(5.426)	(1.740)	(5.822)	(2.748)
Total líquido	(4.743)	(907)	(5.511)	(2.481)

(a) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

34 Outros ganhos (perdas), líquidos

A variação cambial líquida operacional registrada no sob a rubrica de outros ganhos (perdas) líquidos, individual e consolidada para o período findo em 31 de março de 2014 e 2013 é respectivamente uma perda de 2.287 e 982.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do período findo em 31 de março de 2014 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Receitas financeiras				
Juros	1.009	1.137	1.088	1.195
Atualização de ativos	4.201	3.345	4.201	3.345
Outros	145	177	152	179
Total	5.355	4.659	5.441	4.719
Despesas financeiras				
Juros	(6.253)	(3.993)	(6.355)	(4.054)
Encargos financeiros com tributos	(2.128)	(1.664)	(2.146)	(1.686)
Decomposição de desconto de provisões para contingências (nota 26)	(734)	(1.125)	(736)	(1.126)
Outros	(1.156)	(2.762)	(1.188)	(2.778)
Total	(10.271)	(9.544)	(10.425)	(9.644)
Variação cambial líquida				
Empréstimos e financiamentos	433	690	433	690
Total	433	690	433	690
Total líquido	(4.483)	(4.195)	(4.551)	(4.235)

36 Resultado de operações descontinuadas

Em agosto de 2010, o Conselho de Administração aprovou a descontinuação das atividades operacionais da controlada Portobello América, tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contida para os próximos anos. O ativo já está todo desmobilizado e os principais ativos e passivos desta unidade, para o período findo em 31 de março de 2014, são as disponibilidades R\$ 301 (R\$ 326 em 31 de dezembro de 2013), dívidas com pessoas ligadas R\$ 46.351 (R\$ 47.975 em 2013), e patrimônio líquido negativo de R\$ 46.048 (R\$ 47.649 em 2013).

O resultado das operações descontinuadas é apresentado de forma consolidada, portanto, além do resultado da subsidiária Portobello América, Inc., (nota explicativa nº 18), considera a porção das operações da Controladora na operação descontinuada. No primeiro trimestre de 2014, o resultado das operações descontinuadas foi um prejuízo de R\$ 20 (prejuízo de R\$ 23 em 31 de março de 2013), representado por algumas despesas administrativas ocorridas nesse período.

37 Lucro por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	14.550	13.062	14.550	13.062
Quantidade média ponderada de ações ordinárias (a)	158.489	159.009	158.489	159.009
Lucro básico por ação	0,09	0,08	0,09	0,08
Resultado das operações continuadas	14.550	13.062	14.570	13.085
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(20)	(23)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	159.009	158.489	159.009
Resultado das operações continuadas por ação	0,09180	0,08215	0,09193	0,08229
Resultado das operações descontinuadas por ação	-	-	(0,00013)	(0,00014)

(a) Excluindo-se as ações em tesouraria

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores. O mesmo critério foi utilizado para os resultados das operações continuadas e descontinuadas.

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que a Companhia não detém contratos ou qualquer instrumento financeiro que conceda ao titular o direito a ações ordinárias.

38 Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 12 de agosto de 2013 para pagamento no exercício de 2013 o total de R\$ 2.796 a título de dividendos intermediários e R\$ 4.170 a título de juros sobre capital próprio (R\$ 3.659 líquido de imposto de renda). Com esta deliberação, o montante pago em 26 de setembro de 2013 foi de R\$ 6.959 (R\$ 6.455, líquido de imposto de renda). A Assembleia Geral Ordinária aprovou em 30 de abril de 2014, o pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$ 8.597. Assim, o total distribuído referente ao exercício de 2013 será de R\$ 30.090, sendo R\$ 23.635 o saldo de pagamento em 2014. A data para pagamento dos proventos será divulgada ao mercado oportunamente em Aviso aos Acionistas.

39 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em 31 de março de 2014			Em 31 de março de 2013		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	184.947	21.593	206.540	160.919	14.836	175.755
Custo dos produtos vendidos	(116.153)	(13.554)	(129.707)	(106.170)	(9.541)	(115.711)
Lucro operacional bruto	68.794	8.039	76.833	54.749	5.295	60.044
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(45.204)	(5.275)	(50.479)	(33.867)	(1.968)	(35.835)
Vendas, gerais e administrativas	(38.221)	(4.460)	(42.681)	(30.697)	(1.675)	(32.372)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.935)	(576)	(5.511)	(2.271)	(210)	(2.481)
Outros ganhos (perdas), líquidos	(2.048)	(239)	(2.287)	(899)	(83)	(982)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	23.590	2.764	26.354	20.882	3.327	24.209
% sobre a ROL	13%	13%	13%	13%	22%	14%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

40 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente o Imobilizado em 31 de março de 2014 somam o montante de R\$ 34.438, e destes 98% são para a Fábrica de Alagoas, que encontra-se em fase de construção.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, no total para 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são de R\$ 1.177 e R\$ 891 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos são de R\$ 902 e R\$ 987 respectivamente.

41 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de março de 2014 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza era de R\$ 84.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 25.000, lucros cessantes no valor de R\$ 51.115 e danos elétricos, tumultos e responsabilidade civil no montante de R\$ 5.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 14 de abril de 2014 até 13 de abril de 2015.

42 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	2.934	2.934
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	18	22
Créditos com Controladas - Circulante		18	22
Contas a receber	Portobello América, Inc.	46.333	47.962
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	4.031	4.461
Mútuo	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	2.955	2.886
Créditos com Controladas - Não Circulante		53.319	55.309
Créditos com outras pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	96.215	94.540
Passivo			
Dividendos antecipados	Portobello Shop S.A.	2.191	-
Outras transações			
Adiantamento a fornecedores	Mineração Portobello Ltda.	1.443	1.426
Contas a receber - líquido de adiantamento	Solução Cerâmica Com. Ltda.	(426)	(1.305)
Contas a receber - líquido de adiantamento	Flooring Revest. Cer. Ltda.	432	580
		1.449	701

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Receitas			
Prestação de serviços	Portobello Shop S.A.	1.497	1.530
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	4.354	3.249
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	2.181	1.618
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	686	483
Despesas			
Custo dos serviços prestados	Portobello Shop S.A.	(1.124)	(957)
Compra de produtos	Mineração Portobello Ltda.	(978)	(533)
Aluguel	Gomes Participações Societárias Ltda.	(105)	(70)
		6.511	5.320

O contrato de mútuo com a controlada PBTech é remunerado pela variação de 100% do CDI e possui vencimento em 31 de dezembro de 2016.

A controlada é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 22).

Neste trimestre a Companhia apresenta o saldo de contas a receber da Portobello América Inc no ativo não circulante, considerando a intenção da Administração de capitalizar a dívida da controlada.

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de quatro franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	Natureza	31 de março de 2014	31 de março de 2013
	Ativo			Receitas		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	438	363	Royalties	1.139	841
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	259	190	Royalties	575	427
		697	553		1.714	1.268

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração do pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no trimestre findo em 31 de março de 2014 são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Remuneração fixa				
Salários	2.344	1.784	2.813	2.047
Honorários	926	606	926	881
Remuneração variável	4.150	332	4.405	382
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	183	125	197	188
Outros	312	260	374	320
	7.915	3.107	8.715	3.818

* A companhia não possui benefícios de longo prazo, nem pós emprego.

43 Medida Provisória 627 de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”)

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada.

De acordo com as análises da Administração e de seus consultores, caso não seja feita a opção pela adoção antecipada, não há riscos relacionados à tributação sobre (i) dividendos distribuídos que excederam o lucro fiscal, apurado entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de março de 2014; e (ii) pagamento de JCP e apuração de resultado de equivalência patrimonial com base no patrimônio líquido societário para os anos-calendário de 2008 a 2013.

44 Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2014 aprovou a proposta da Administração para destinação do resultado do exercício, sendo: R\$ 4.525 à Reserva Legal, R\$ 21.493 à título de dividendos mínimos obrigatórios, R\$ 8.597 como dividendos adicionais, R\$ 30.500 para aumento do Capital Social e R\$ 68.747 à Reserva de lucros para expansão conforme orçamento de capital apresentado. Do total destinado à dividendos mínimos obrigatórios deduzir-se-á o montante pago em setembro de 2013 R\$ 6.455, conforme descrito na nota explicativa 38.

Portobello S.A e empresas controladas

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os acionistas aprovaram, para o referido exercício, a remuneração global da Administração no montante máximo de R\$ 12.600, e também fixou a remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal em 10% (dez por cento) da remuneração dos Diretores.

Já a Assembleia Geral Extraordinária, também realizada em 30 de abril de 2014, aprovou o aumento de Capital Social da Companhia, pela capitalização de reservas no montante de R\$ 30.500 que provém da rubrica Reserva de Lucros a Destinar, não havendo alteração na quantidade total de ações, portanto o capital social passará de R\$ 46.065 para R\$ 76.565. Na sequência foi aprovada a modificação no estatuto social da Companhia para que fosse refletida a referida alteração.

PROJEÇÕES EMPRESARIAIS

Projeções divulgadas e premissas

a) Objeto da projeção

Investimento na expansão e modernização da unidade fabril em Tijucas com a substituição de uma linha de produção que será voltada ao porcelanato esmaltado de grandes formatos.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Crescimento projetado com início no segundo semestre de 2013.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

O aumento do volume de produção projetado para o segundo semestre de 2013 baseia-se na instalação de um novo forno com incremento da produção na ordem de 4,6 milhões m²/ano.

Estima-se que, em 2014, quando a linha estará operando na sua total capacidade produtiva, a nova unidade gere uma receita de R\$ 141 milhões ao ano.

A meta de crescimento em 2013 da Portobello é de 20% e baseia-se nos dados dos últimos 5 anos, haja vista que, segundo os dados de entidades setoriais (ABRAMAT, ANFACER, ANAMACO e IBGE), o setor de revestimentos cerâmicos deve apresentar em 2013 crescimento de 6 a 7%.

Todas as premissas consideradas estão sujeitas a fatores de influência externa, que fogem do controle da administração da Companhia e podem impactar as projeções divulgadas.

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Projeções	Valores estimados
Investimento na expansão e modernização unidade fabril em Tijucas	R\$ 86 milhões
Capacidade produtiva da nova linha	4,6 milhões m ² /ano
Receita líquida da nova linha estimada para 2014	R\$ 141 milhões
Meta de crescimento em 2013	20%

Além das projeções divulgadas acima, a Portobello está estudando a implantação de uma unidade industrial, com localização prevista para o estado de Alagoas. Inicialmente estima-se um investimento em torno de R\$ 205 milhões, embora esse estudo ainda não tenha sido concluído.

Vale ressaltar que os valores apresentados acima são meramente estimativas, e de forma alguma constituem promessa de desempenho por parte da Companhia ou de seus administradores.

Portobello S.A e empresas controladas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário.

Não houve alterações nas projeções anteriormente divulgadas.

No entanto, informamos que a nova linha de produção, um dos objetos desta projeção, já está completamente implantada, com equipamentos totalmente automatizados de tecnologia italiana de última geração, com alta produtividade e baixo consumo energético concluída em julho de 2013 e que já vem apresentando importante participação no resultado da companhia.

b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

As projeções divulgadas ainda não foram totalmente realizadas, mas a nova linha de produção citada acima que já foi concluída, possibilita a comparação do investimento realizado e da meta de crescimento conforme abaixo.

Projeções	Valores estimados	Valores realizados
Investimento na expansão e modernização unidade fabril em Tijuca	R\$ 86 milhões	R\$ 87 milhões
Meta de crescimento em 2013	20%	20%

Os investimentos em expansão e modernização da unidade fabril em Tijuca ficaram dentro do planejamento da Companhia e a variação decorre das oscilações do mercado.

O desempenho da Companhia em 2013 atinge novo patamar de receita bruta, alcançando a marca histórica de R\$ 1 bilhão e com crescimento consistente, em média de 20%, quando comparamos a receita líquida dos últimos 5 anos.

c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar porque elas foram abandonadas ou substituídas.

A projeção de capacidade produtiva após o período de maturação deve atingir 4,6 milhões m²/ano, e juntamente com a receita líquida da nova linha permanecem válidas como projeções exclusivamente para o ano de 2014, até a divulgação das Demonstrações Financeiras, quando serão atualizados.

Projeções	Valores estimados
Capacidade produtiva da nova linha	4,6 milhões m ² /ano
Receita líquida da nova linha estimada para 2014	R\$ 141 milhões

Já em relação ao estudo de implantação da unidade industrial no estado do Alagoas, passou pela etapa de detalhamento do projeto executivo e atualmente está fase de construção, mas ainda matem-se o valor projetado para investimento.



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 - Salas 603, 604 e
605 - Centro - Ed.The Office Avenida
88015-240 - Florianópolis, SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis, SC - Brasil

Telefone 55 (48) 3205-5300
Fax 55 (48) 3205-5301
Internet www.kpmg.com/BR

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores e Acionistas da
Portobello S.A.
Tijucas - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Portobello S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 8 de Maio de 2014.

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da Portobello S.A., declara que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2014; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 31.03.2014.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente

John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 15 de maio de 2014.

Cesar Gomes Júnior

Cláudio Ávila da Silva

John Shojiro Suzuki

Mauro do Valle Pereira